

O Estadão, IDORT e Estado Novo: a práxis industrial e a formação do trabalhador brasileiro

*O Estadão, el IDORT y el Estado Novo: la praxis industrial
y la formación del trabajador brasileño*

*O Estadão, IDORT, and the Estado Novo: Industrial Praxis
and the Formation of the Brazilian Worker*

AUTOR

**Alexandre de
Britto Redondo ***

[alexandre.b.redondo
@gmail.com](mailto:alexandre.b.redondo@gmail.com)

* Doutor em Educação
pelo programa de
pós-graduação em
Educação: História,
Política, Sociedade, da
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo
(PUC-SP, Brasil).

RESUMO:

A presente pesquisa analisa as ações dos intelectuais industriais paulistas vinculados ao jornal *O Estado de S. Paulo* e ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) durante o período do Estado Novo (1937–1945). A investigação justifica-se pela intensa repressão política exercida pelo Governo Federal sobre esse grupo de intelectuais no contexto do regime varguista. Entretanto, suas formulações e intervenções no campo educacional não foram ineficazes e, por isso, merecem ser analisadas, uma vez que permitem identificar elementos de convergência entre o projeto educacional defendido pelos intelectuais paulistas e determinadas diretrizes do governo Vargas, apesar do acentuado antagonismo político entre esses grupos. O estudo tem como objetivo identificar o projeto cultural delineado por esses intelectuais em favor do processo de industrialização em curso. Para tanto, adota como fontes documentais o acervo da *Revista do IDORT* (posteriormente intitulada *Revista de Organização Científica*), o jornal *O Estado de S. Paulo* e a legislação educacional vigente nas esferas federal e estadual paulista.

RESUMEN:

La presente investigación analiza las acciones de los intelectuales industriales paulistas vinculados al periódico *O Estado de S. Paulo* y al Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) durante el período del *Estado Novo* (1937-1945). La investigación se justifica por la intensa represión política ejercida por el Gobierno Federal sobre este grupo de intelectuales en el contexto del régimen de Vargas. Sin embargo, sus formulaciones e intervenciones en el ámbito educativo no fueron ineficaces y, por ello, merecen ser analizadas, ya que permiten identificar elementos de convergencia entre el proyecto educativo defendido por los intelectuales paulistas y determinadas directrices del gobierno de Vargas, a pesar del marcado antagonismo político existente entre ambos grupos. El estudio tiene como objetivo identificar el proyecto cultural delineado por estos intelectuales en favor del proceso de industrialización en curso. Para ello, adopta como fuentes documentales el acervo de la *Revista do IDORT* (posteriormente denominada *Revista de Organização Científica*), el periódico *O Estado de S. Paulo* y la legislación educativa vigente en los ámbitos federal y del estado de São Paulo.

ABSTRACT:

This study analyzes the actions of São Paulo industrial intellectuals associated with the newspaper *O Estado de S. Paulo* and the Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) during the *Estado Novo* period (1937–1945). The study is justified by the intense political repression exercised by the federal government against this group of intellectuals under the Vargas regime. Nevertheless, their ideas and interventions in

the field of education were not ineffective and therefore deserve careful examination, as they reveal points of convergence between the educational project advocated by these São Paulo intellectuals and certain policy guidelines of the Vargas government, despite the pronounced political antagonism between the two groups. The study aims to identify the cultural project developed by these intellectuals in support of the ongoing process of industrialization. To this end, it draws on documentary sources including the archives of the *Revista do IDORT* (later renamed *Revista de Organização Científica*), the newspaper *O Estado de S. Paulo*, and the educational legislation in force at both the federal and the São Paulo state levels.

1. Introdução

Na primeira metade do século XX, a educação foi estrategicamente utilizada pelos industriais paulistas para a qualificação e difusão dos seus ideais na sociedade brasileira. Por se tratar de um projeto de considerável amplitude, as ações dos industrialistas abrangeram diversos setores do campo formativo. No âmbito da educação básica, Fernando de Azevedo redigiu o Manifesto dos Pioneiros, representando o Movimento da Escola Nova. Na seara do ensino profissional, Roberto Mange e Lourenço Filho¹ diligenciaram produções intelectuais consoante as conformidades industriais.

Em consenso com este grupo, Roberto Simonsen contribuiu em prol da racionalização científica da sociedade por meio da sua articulação política, experiência profissional de engenheiro e gestor, bem como a sua aproximação pessoal com sujeitos da elite industrial. No início do governo de Getúlio Vargas, Simonsen participou de movimentos de oposição ao presidente. No entanto, a partir de meados da década de 1930, o engenheiro atuou peremptoriamente na administração pública da gestão varguista. Outra força colaborativa era constituída por Armando de Salles Oliveira, exercendo a primeira presidência do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em 1931, e doravante, foi nomeado como Interventor Federal por Vargas e Governador do estado de São Paulo, entre os anos de 1933 e 1936.

O jornal *O Estado de São Paulo* pode ser considerado um elo institucional que estreita o vínculo destes intelectuais paulistas. Afinal, o dono da respectiva empresa de comunicação, Júlio de Mesquita Filho, assumiu parte da liderança da Revolução Constitucionalista de 1932, integrou o grupo de signatários do Manifesto dos Pioneiros, tal como Fernando de Azevedo (redator) e Lourenço Filho, além de ser cunhado de Armando de Salles Oliveira. Este cenário permite mapear o nexos causal das movimentações políticas em torno do jornal paulista no que diz respeito à construção de um sistema educacional a serviço do industrialismo em curso.

De acordo com Aldo Mário de Azevedo, os impactos ocasionados pela crise de 1929 tornaram o cenário nacional propício para que o empresariado se organizasse em defesa do desenvolvimento industrial, considerando as necessidades e idiossincrasias brasileiras. No entendimento deste intelectual industrial, o colapso econômico ocorrido no final da década de 1920 demonstrou a premência de qualificar o setor produtivo, e esta reorganização traria benefícios para o restante da população: “melhorando a qualidade de nossa produção, barateando seu custo, facilitando sua circulação e distribuição e proporcionando melhor remuneração ao nosso operário cujo padrão de vida é sabidamente inferior” (Azevedo, 1932, p. 36). Nessa perspectiva, a transformação das empresas dar-se-ia por uma diligência coletiva que objetivasse a máxima produção e a adaptação às mudanças sociais. E esse intento também deveria partir dos trabalhadores, considerando que eles assumissem uma postura cooperativa.

Com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1929, liderada por Roberto Simonsen (Gianotti, 2007), as ações dos industriais paulistas ganharam ainda mais vigor. Nesse diapasão de busca por apoio e cooperação, Adensohn destaca a articulação e colaboração de Aldo Mário Azevedo na construção de alianças com sujeitos que tivessem interesses convergentes e comprometimento com o desenvolvimento industrial:

Um líder autêntico do movimento, Aldo Mário de Azevedo, conseguiu reunir junto a Armando de Salles Oliveira um grupo de destacados paulistas e, assim, catalisar os esforços em prol da organização científica no País. Associado ao Instituto de Genebra, Aldo Mário de Azevedo procurava divulgar os progressos de que tomava conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Educação;
Industrialismo;
*O Estado de S.
Paulo.*

PALABRAS CLAVE

Educación;
Industrialización;
*O Estado de S.
Paulo.*

KEYWORDS

Education;
Industrialization;
*O Estado de S.
Paulo.*

Recibido:
04/07/2024

Aceptado:
20/07/2026

Projetou a criação do Instituto Paulista de Eficiência, buscando o apoio do empresariado e estudiosos dos métodos de racionalização, mantendo contactos com todas as pessoas que poderiam aliar-se à empresa, para um Brasil maior e melhor. Seu entusiasmo contagiou e foi acolhido por Armando de Salles Oliveira, constituindo-se, em fins de 1930, uma comissão organizadora (Adensohn, 1981, p. 4).

Ao se pronunciar sobre a Administração Científica do Trabalho, Aldo Mário Azevedo conceituou como “conjunto de conhecimentos que leva ao ato complexo de organizar, sob o domínio constante da razão, iluminada pela ciência”.

2. A organização racional do trabalho e a sociedade civil brasileira

No dia 23 de junho de 1931, foi reunida uma comissão com o propósito de estabelecer uma assembleia que desencadeasse, finalmente, a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Sobre este processo de inauguração do instituto, podemos destacar a presença do seu primeiro presidente, Armando de Salles Oliveira, além de outros intelectuais, como: Roberto Mange, Lourenço Filho, A. C. Pacheco e Silva (1º Vice-presidente), Luiz Tavares Pereira (2º Vice-presidente), Aldo Mario de Azevedo (1º Secretário), Clóvis Ribeiro (2º Secretário), Oswaldo Reis de Magalhães (1º Tesoureiro), Vicente Soares de Barros Jr. (2º Tesoureiro), José O. Monteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Geraldo de Paula Souza, Prof. Damasco Penna e Gaspar Ricardo Junior.

A educação profissional, setor bastante distinto do sistema educacional de São Paulo, sofreu uma série de inovações importantes no começo da década de 1930, inspiradas no círculo de educadores e engenheiros ligados ao IDORT. (...) Todo o movimento da Nova Escola no Brasil tinha uma grande dívida com ideias e indivíduos ligados ao IDORT, mas sua influência era sentida principalmente no campo da educação profissional (Weinstein, 2000, pp. 95-96).

Neste momento inicial do IDORT, a presidência institucional de Armando de Salles Oliveira teve uma importância estratégica. O processo de fundação do instituto ganhou mais impulso justamente quando recebeu o apoio deste intelectual, tendo em vista as possibilidades de contatos, influências e suporte financeiro proporcionados por ele na fundação do IDORT (Conceição, 2005). Após sua posse na Interventoria do estado de São Paulo, em agosto de 1933, Salles Oliveira se afastou fisicamente da gestão idortiana, no entanto, promulgou o decreto estadual nº 6284 (São Paulo, 1934), que considerava a utilidade pública do IDORT e, concomitantemente, autorizava este estabelecimento a realizar estudos que propiciassem a reorganização da administração pública do estado de São Paulo, sendo o orçamento destes trabalhos oriundo da verba do tesouro do estado paulista (Redondo, 2020). Assim, o “ponto alto do instituto consiste no contrato celebrado com o interventor para reorganizar a burocracia de Estado e realizar campanhas contra o desperdício e difusão dos testes psicotécnicos” (Monarcha, 2009, p. 248).

Em uma declaração ao Poder Legislativo, em 1936, Armando de Salles Oliveira argumenta sobre o seu decreto de 1934:

A administração do Estado ressentia-se de falhas e anomalias, que se tinham sobretudo agravado nos anos de inevitável confusão, criada pelo ímpeto e pelo imprevisto do progresso de São Paulo. Recebeu o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em princípios de 34, a revisão geral da nossa organização administrativa e de indicar as medidas adequadas para a realização da reforma que se tornara indispensável. (...) Os trabalhos sobre a reforma da administração paulista estão sendo acompanhados com interesse, dentro e fora de São Paulo. Três estados, os de Pernambuco, Paraná e Goiás, pediram a colaboração do IDORT para a reorganização dos seus serviços administrativos (Oliveira, Revista de Organização Científica, 1945, p. 189).

No que tangencia à formação profissional consubstanciada na racionalidade científica, a atuação de Roberto Mange também não pode ser negligenciada, bem como a sua aproximação com intelectuais vinculados

ao setor industrial brasileiro em defesa da administração científica do trabalho: “Em nível federal, muitas personalidades destacadas do IDORT, como Roberto Mange e Lourenço Filho, começaram a participar de ‘comissões técnicas’ criadas pela administração Vargas” (Weinstein, 2000, p. 91).

Assim como Mange, Simonsen, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram membros fundadores do IDORT, além destes dois últimos partilharem da organização do movimento da Escola Nova. No ano de 1926, a pedido do seu amigo Julio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo organiza o “Inquérito sobre a Instrução Pública de São Paulo”, para o jornal *O Estado de S. Paulo* (Soares, 1978) Anísio Teixeira, outro signatário do Manifesto dos Pioneiros, convida Roberto Mange para participar do Inquérito.

Fernando de Azevedo justifica a presença de Mange com base na valorização do trabalho deste intelectual na prática docente atinente ao ensino de trabalhadores industriais, além dos princípios educacionais que objetivam o estabelecimento da racionalidade científica no ambiente laboral (Azevedo, 1957).

Apesar da experiência docente de Mange no ensino técnico ser remetida às instituições particulares, Fernando de Azevedo convidou-o para discursar acerca da formação profissional no Inquérito. No entendimento de Azevedo, Mange era dotado de diversos atributos que contribuíssem para o desenvolvimento do ensino profissional no país.

Ao descrever os empreendimentos de Mange, Azevedo não economiza elogios pessoais tais como: “notória capacidade”, “dobrado prestígio”; e também com relação a seus empreendimentos: “espírito de organização, positivo e luminoso”, “a mais bela tentativa nos domínios do ensino profissional mecânico”, etc. Além disso, antevê as repercussões das inovações pedagógicas trazidas por Mange, afirmando que o curso se tornaria um paradigma para escolas desse gênero (Zucchi, 2007, p. 77).

A evidente aproximação de Roberto Mange com os idealizadores do movimento da Escola Nova e com o IDORT torna possível estabelecer, portanto, um conjunto de ideais pautados na defesa da racionalidade científica do trabalho que fundamentam as práticas pedagógicas do ensino profissional, e estas têm como propósito negar

a história enquanto história da luta de classes, produzindo um imaginário em que o movimento progressivo da história era decorrência do choque contínuo entre o moderno e o arcaico, o racional e o irracional, o novo e o velho, em síntese: entre Tradição e Modernidade. Recolocada sob novas bases: “classes laboriosas” e “classes dirigentes”, a divisão não representava o exercício de poder de uma classe sobre outra, refletia apenas a organização científica do mundo do trabalho e da sociedade (Monarcha, 1990, p. 76).

É indelével que a década de 1930 teve grande importância para o início das atividades do IDORT, desde a sua fundação por empresários paulistas até a sua incumbência de reorganização administrativa pública do estado de São Paulo, outorgada pelo Interventor Federal Armando de Salles Oliveira². Porém, foi na década de 1940 em que o cenário nacional foi propício para a sistematização do ensino profissional. Embora o aspecto de marcada centralização política do Estado Novo (1937-1945) relacionada à formação dos trabalhadores não agradasse parte da elite econômica, a Reforma Capanema (1942), também conhecida como Leis Orgânicas do Ensino, estruturou a educação profissional, reformulou o ensino comercial e fundou uma importante instituição educacional, o SENAI, direcionado para qualificar a mão de obra e atender as demandas produtivas do desenvolvimento industrial.

Este movimento educacional que objetivava uma formação da classe trabalhadora favorável aos interesses empresariais era constituído por diversos intelectuais pertencentes ao âmbito industrial e outros diretamente associados ao setor educacional, sendo estes educadores responsáveis pela criação, gestão e organização do IDORT, como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Noemy Marques Silveira, entre outros professores da Universidade de São Paulo. Ademais, apresenta-se como um fato evidente o desdobramento da organicidade desses sujeitos a serviço de um projeto sociocultural especificamente industrial.

Dentre os percalços que poderiam prejudicar a efetividade e eficiência deste ambicioso projeto educacional, podemos destacar a presença de trabalhadores estrangeiros no setor fabril, sendo estes vistos como “contestadores”, podendo ocasionar possíveis ameaças ao plano nacionalista de industrialização. Nessa perspectiva, tornar-se-ia estrategicamente viável a ênfase na instrução dos trabalhadores nativos, reduzindo o contingente laboral de imigrantes internacionais.

No que diz respeito à formação das crianças, o projeto educacional idortiano consistia em ensinar os princípios civis da sociedade capitalista, bem como os supostos atributos necessários que um futuro profissional deveria ter em posse para ser considerado um “bom empregado”. Dedicadas às conveniências industriais, as práticas pedagógicas do IDORT englobavam os princípios da ética do trabalho e a dimensão psicológica do futuro operário, além de tornarem imanente na realidade do educando um conjunto específico de opções de profissões a serem exercidas, limitando e orientando as “escolhas” de carreira dos mais jovens.

A formação de indivíduos pautada na disciplina do mercado é demasiadamente marcante na perspectiva pedagógica do instituto. A promessa fundamentada na racionalidade científica de que a ascensão da produção capitalista beneficiaria a todos, incluindo a população de baixa renda, era bastante frequente em palestras, cursos e reuniões. Dessa forma, a preocupação discursiva dos intelectuais do IDORT estava em conquistar a adesão dos ideais industriais por parte da classe trabalhadora brasileira, exaltando o caráter disciplinado, colaborativo e patriota, admitindo como principais obstáculos a cultura e os costumes populares, somados ao “hábito de reivindicação” de operários estrangeiros, principalmente.

Conforme Weinstein constata:

Para os industriais paulistas e seus representantes, um dos objetivos primordiais era garantir um número suficiente de operários especializados - suficiente não apenas para atender à crescente demanda de trabalhadores em determinados setores, mas também para forçar para baixo os níveis salariais e limitar o poder de barganha desses mesmos operários. Alguns de seus porta-vozes enfatizavam o papel da educação e da formação profissional no fomento da eficiência, da organização racional e do caráter moral dos trabalhadores, mas esses temas eram secundários. Em contrapartida, muitos reformadores educacionais pertencentes à burocracia do regime de Vargas analisavam a carência de operários especializados e a perspectiva de educação profissional em termos muito mais amplos (Weinstein, 2000, pp. 104-105).

Nesse mote, “durante as décadas de 20 e 30, o ideário taylorista foi sendo difundido através de entidades criadas pela burguesia industrial nascente e pelo Estado” (Segnini, 1986, p. 88). A atuação do governo varguista atinente à propagação dos princípios industriais foi indelevelmente basilar:

Os documentos do Ministério da Educação relativos à formação profissional para a indústria nesse período revelam uma ampla gama de preocupações e aspirações que esses reformadores educacionais relacionavam à questão da formação profissional. Um dos primeiros documentos sobre a formação para o trabalho industrial, escrito por três técnicos, foi um extenso tratado sobre a “organização científica do trabalho”. Os autores discutiam as origens e vantagens do taylorismo e o papel que a guerra na Europa desempenhou na eliminação das resistências à sua implementação. Só no final do texto eles abordaram o problema da formação profissional, e apenas para insistir que todas as escolas deveriam se pautar pelos princípios ditados pela administração científica. Os autores só valorizavam a formação profissional na medida em que esta aplicava os princípios de Frederick W. Taylor, Henri Fayol e Henry Ford (Weinstein, 2000, p. 105).

O IDORT objetivou assumir o protagonismo nacional da formação técnica no ambiente laboral. Tanto os quadros de trabalhadores industriais quanto os do serviço público estavam no escopo das práticas educacionais do instituto. É válido salientar que este intento idortiano já existia antes de 1941, sendo este o cerne das primeiras ações após a sua fundação, na década de 1930.

Ademais, este projeto educacional traçou uma dimensão funcional bastante ampla em relação à sociedade, tal como: criar o sentimento de patriotismo e de interesse público somados ao estabelecimento de tradições que iriam ao encontro deste envolvimento; designação do modelo de “origem” da civilização brasileira, incentivando a solidariedade da população em prol deste princípio; facultar a formação dos quadros e a organização das escolas das forças militares, incorporando esta categoria em uma toada a favor da educação nacional e da colaboração com o funcionamento das universidades; resultar o equilíbrio indivíduo-sociedade mediante o esforço de granjear uma democracia social e econômica; alastrar ao máximo o alcance físico do ensino em todos os níveis e locais, incluindo a zona urbana e a rural; instituir valores espirituais e morais sobre os materiais; propiciar condições mínimas de vida material para um mínimo de vida espiritual; promover e potencializar o apreço à personalidade humana; otimizar o sentimento religioso, com respeito à liberdade de crenças; tornar o sistema educacional em um importante mecanismo de fortalecimento e de salvaguarda das instituições democráticas; fomentar a produção de atividades científicas (pesquisa e experimentos), em institutos universitários; favorecer condições de estabilidade e segurança a todos os trabalhadores do ambiente acadêmico; resguardar o preceito da liberdade intelectual.

A aplicabilidade remetida à educação consistiria na construção formativa de um “novo sujeito”, e a “nova forma de viver” deste indivíduo estaria diretamente conectada aos princípios da racionalidade científica, contribuindo com os interesses da nação em conjunto com a lógica industrial.

O cenário urbano brasileiro apresentou nítidas alterações durante a primeira metade do século XX, e a industrialização fomentada pelo avanço do capitalismo ficou mais evidente no cotidiano. A maior oferta de empregos nos centros urbanos desencadeou um significativo êxodo rural. Todavia, grande parte da força de trabalho disponível não era adequadamente capacitada para atender às demandas dos empregadores, e o sistema educacional não era suficientemente estruturado para contemplar um público tão numeroso. No esforço de propor uma solução paliativa que atenuasse esta carência do mercado de trabalho, o Governo promoveu incentivos que permitissem a parceria das agências profissionalizantes com o sistema educacional público.

Apesar do exílio político de Júlio de Mesquita Filho e de Armando de Salles Oliveira, bem como a intervenção varguista na direção de *O Estado de S. Paulo*, em 1940, o período que findou a década de 1930 e iniciou os anos de 1940 foi caracterizado por aproximações entre Getúlio Vargas e os industriais paulistas em prol de uma reforma sociocultural da população brasileira. Em 1937, por exemplo, o Presidente da República nomeou o idortiano Roberto Simonsen para assumir o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), sendo este um: “órgão diretamente ligado ao presidente Vargas com a missão de colaborar na definição da política econômica do governo” (Barreto, 2017, p. 17). A participação de Roberto Simonsen no governo varguista possibilitou uma movimentação política mais efetiva atinente à organização da educação profissional. No ano de 1941, o governo federal reuniu um conjunto de intelectuais para formularem um novo plano de criação de uma instituição de ensino profissional com ênfase na aprendizagem industrial:

Sob a coordenação de Simonsen, convidados a elaborar um projeto de criação de uma instituição exclusivamente voltada para a aprendizagem industrial, ou seja, um órgão privado encarregado de criar e ministrar cursos para aprendizes e operários de várias empresas, dirigido pelos empresários e mantido com recursos vindos das indústrias através de aposentadorias e pensões (Müller, 2009, p. 139).

Com o objetivo claro de tornar ainda mais intenso o andamento das discussões que viabilizassem a sistematização do ensino profissional, esta plêiade reunia intelectuais com considerável vivência “em ensino profissionalizante, porém ligados ao setor empresarial, para contribuir, com sua experiência, na elaboração do novo projeto de lei. Foram chamados João Lüderitz, Joaquim Faria Góes Filho e Roberto Mange” (Müller, 2009, p. 140).

Dentre as principais articulações deste grupo de industriais preocupados com a qualificação do trabalho, podemos destacar a criação do

Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários – SENAFI, mantido a partir de uma taxa mensal paga pelas indústrias sobre cada operário, cobrada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – IAPI, se constituindo, numa tentativa dos industriais de afastar a classe operária e a burocracia estatal do controle da formação profissionalizante. Ao Governo Federal caberia a criação de Liceus Industriais para a formação de professores e monitores de educação profissionalizante, em número muito restrito naquele período (Müller, 2009, p. 140).

A preparação do corpo docente também fazia parte dos intentos destas ações governamentais:

O governo recorreu à CNI para elaboração de programas de ensino e capacitação de professores. Como Diretor do Departamento Regional da 6ª Região (São Paulo) foi nomeado Roberto Mange em 28 de agosto de 1942. (...) que carregou toda a sua experiência como professor de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica de São Paulo e como diretor do IDORT, além de uma considerável bagagem cultural e intelectual. Mange era considerado uma das maiores autoridades na aplicação de métodos de racionalização do trabalho, de que já vinha fazendo uso nas instituições onde trabalhara (Müller, 2009, p. 98).

Em 1942, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, instituiu as Leis Orgânicas do Ensino, que ficaram conhecidas como “Reforma Capanema”. Esta reforma representou o empenho do governo federal na sistematização do ensino profissional em nível técnico.

Com um conjunto de decretos-lei, esta reforma delimitou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o apoio de industriais e em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI); a estruturação do Ensino Industrial; e a organização do ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com duração de quatro anos, e o colegial, de três anos (Batista, 2013). Embora a Reforma Capanema tenha promovido mudanças consideráveis na organização da educação dos trabalhadores, foram consolidados problemas sociais como a segregação entre os estudantes do ensino técnico com os alunos do secundário, sendo este último o único caminho possível para o ingresso à educação superior.

O processo que originou o SENAI foi resultado das diversas ações dos industriais ligados ao IDORT, do Governo Vargas e por Roberto Mange, maior expoente dos industriais na área de formação profissional. Assim é que surge essa escola nacional de formação dos trabalhadores (Batista, 2013, p. 220).

O objetivo principal que desencadeou a criação desse sistema de ensino profissional foi a preparação técnica do maior número possível de alunos para a atuação no mercado de trabalho, no menor tempo exequível. Por outro lado, a resolução dos problemas educacionais não foi enquadrada nas práticas deste programa. Romanelli (2006) identifica que esta política pública não proporcionou igualdade de acesso ao sistema educacional brasileiro. O pleno acesso a todos os níveis e modalidades era demasiadamente restrito, tendo em vista que o corpo discente dos ensinos secundário e superior era majoritariamente oriundo das classes médias e altas. As camadas populares ficavam limitadas à educação primária e ao nível profissional, geralmente.

Conforme Tenca (1987, p. 82) analisa esse processo, o ano de 1937 foi crucial para o IDORT iniciar uma investida em direcionar grande parte da sua atuação ao viés educacional. Este empenho seria uma resposta à repressão política do governo varguista aos paulistas, que estabeleceu o Estado Novo (1937-1945) e determinou o exílio da família Mesquita, empresários e personalidades políticas, como Armando de Salles Oliveira. Em consonância com esta nova fase de práticas formativas, Roberto Mange e Roberto Simonsen lideraram um conjunto de expedições educacionais endereçadas à sociedade civil, sem nenhum vínculo estatal. A primeira campanha deste trabalho foi a *Jornada contra o Desperdício*, em 1938 (Ibidem, p. 82). Esta paulatina alteração de conduta do IDORT é evidenciada pelo baixo número de publicações relacionadas à educação no lapso temporal entre 1937 e 1940, com uma média anual de 8,5 trabalhos divulgados pela revista.

No que diz respeito à maior quantidade de material educativo veiculado pela revista nos anos de 1942 até 1946, pode-se atribuir ao cenário político mais favorável às práticas de ensino, a partir de 1942, o

que também impulsionou a dedicação do instituto na elaboração e propagação de cursos relacionados à organização racional do trabalho.

É importante salientar que todo este projeto educacional idortiano ganhou consistência e maior complexidade com o passar dos anos. O uso da revista para este fim iniciou na década de 1930, mas assumiu maior importância na década de 1940, com uma considerável estabilidade na quantidade anual de publicações, admitindo a formação técnica pautada na organização racional do trabalho como a prioridade do instituto. A partir de 1942, o material apresentado pela revista esboçava uma quantidade maior de textos, índices e tópicos alinhando a orientação profissional com o âmbito educacional, evidenciando uma maior atenção à área formativa em comparação aos anos anteriores, no entanto, esta conduta não deixou de lado ou negligenciou os demais assuntos tradicionalmente tratados pelo instituto.

Também é profícuo destacar a contribuição do jornal *O Estado de S. Paulo* na divulgação dos trabalhos exercidos pelo IDORT, durante as décadas de 1930 e 1940. Com um público de leitores muito mais numeroso que a Revista do IDORT, o periódico paulista colaborou com a popularização do instituto ao apresentá-lo em suas páginas, tendo em vista o evidente vínculo e interesses convergentes entre os dirigentes de ambas as instituições. Para a realização do levantamento de publicações referentes ao Instituto de Organização Racional do Trabalho, foi acessado o acervo digital de *O Estado de S. Paulo* e a palavra “IDORT” foi utilizada como filtro. A década de 1930 (1932-1939) apresentou um total de 73 matérias relacionadas ao instituto paulista, enquanto a década de 1940 (1940-1949) apresentou a totalidade de 296 publicações que mencionaram a instituição, correspondendo a um aumento considerável de 305,47%, aproximadamente, em relação à década anterior.

No entanto, para atender aos objetivos de nossa pesquisa, consideramos apenas as publicações pertencentes ao recorte temporal dos anos de 1937 até 1945, concernente à vigência do Estado Novo. Sobre os assuntos em que o jornal paulista fez menção direta ao IDORT, neste período, pode-se ponderar a realização de congressos, cursos lecionados, serviços prestados, contratos celebrados, parcerias consolidadas com outras entidades e pronunciamentos de indivíduos ligados ao instituto. Enquanto o periódico estava sob o comando da família Mesquita (1937-1939), apresentou uma média anual de 15,6 publicações relacionadas ao instituto. Por outro lado, a intervenção varguista (1940-1945) na direção do jornal contabilizou uma média anual de 31,5 publicações, o que evidencia a convergência da práxis idortiana com o Estado Novo, e vice-versa.

3. Conclusão

O fomento à organização racional do trabalho, bem como o disciplinamento das camadas populares consubstanciado neste ideal foram os elementos basilares que motivaram as ações do IDORT, sendo este umas das entidades a serviço dos interesses de parte da elite industrial paulista e nacional. Ainda, o instituto paulista contou com a sua própria revista e com o jornal *O Estado de S. Paulo* — sob a gestão do governo federal — para a difusão e enaltecimento das suas narrativas e práticas alinhadas com os interesses industriais. O fato de *O Estado de S. Paulo* ser um periódico de grande circulação e ser dirigido pelo poder federal, a nomeação de intelectuais idortianos para cargos administrativos do governo varguista e a criação do SENAI ser diretamente fundamentada nos princípios do IDORT permite concluir que a reforma social pautada na organização racional do trabalho foi um princípio defendido pelo instituto paulista e pelo Estado Novo, em concomitância.

NOTAS

¹ Manuel Bergström Lourenço Filho foi um dos educadores pioneiros do movimento Escola Nova e fez parte da liderança da reforma do ensino cearense, durante a década de 1920. Trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*, participou do processo de fundação do IDORT, realizou a publicação de obras sobre a Organização e Psicologia Aplicada ao trabalho, colaborou na divulgação de teses tayloristas para a sociedade brasileira e traduziu os trabalhos de Henry Pieron e León Walther, da Universidade de Paris e do Instituto Rousseau da Universidade de Genebra, respectivamente.

² Armando de Salles Oliveira foi membro fundador e o primeiro presidente do IDORT. Renunciou à presidência do instituto para assumir a Interventoria do estado de São Paulo, em 1933, nomeado pelo presidente da República Getúlio Vargas (Redondo, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adensohn, F. M. (1981). O IDORT em seu 50º aniversário: Do pioneirismo à consolidação e projeção internacional do movimento brasileiro de administração. *Revista do IDORT*, 50(587–589), p. 3–ss.
- Azevedo, A. M. de. (1932). Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo. *Revista do IDORT*, 1, s. p.
- Azevedo, F. (1957). *A educação na encruzilhada*. Melhoramentos.
- Barreto, G. (2017, 28–30 de agosto). Roberto Simonsen: Um intelectual orgânico dos industriais paulistas. In *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & XIII Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, RJ, Brasil. <https://www.abphe.org.br/congresso/xii-congresso-niteroi/textos-completos>
- Batista, E. L. (2013). *Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: Análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/904185>
- Conceição, M. R. (2005). *A educação nas ações e proposições do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1932–1946)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10269>
- Gianotti, V. (2007). *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Mauad X.
- Monarcha, C. (1990). *A reinvenção da cidade e da multidão: Dimensões da modernidade brasileira: A Escola Nova*. Cortez/Autores Associados.
- Monarcha, C. (2009). *Brasil arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920–1930*. Editora UNESP.
- Müller, M. T. (2009). *A lousa e o torno: A Escola SENAI Roberto Mange de Campinas* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/449544>
- Oliveira, A. de S. (1945, setembro). A reorganização da administração pública em São Paulo. *Revista de Organização Científica*, 14(165).
- Redondo, A. de B. (2020). *Educação, política e industrialismo em Armando de Salles Oliveira (1931–1937)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23532>
- Romanelli, O. de O. (2006). *História da educação no Brasil*. Vozes.
- São Paulo (Estado). (1934, 25 de janeiro). *Decreto nº 6.284, de 25 de janeiro de 1934. Considera de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)*. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6284-25.01.1934.html>
- Segnini, L. R. P. (1986). Taylorismo: Uma análise crítica. In L. Bruno (Org.), *Organização, trabalho e tecnologia* (pp. 81–88). Atlas.
- Soares, M. de J. A. (1978). *Educação preventiva: Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, 1926* [Dissertação de mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas].
- Tenca, A. (1987). *Razão e vontade política: O IDORT e a grande indústria nos anos 30* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1987.17848>
- Weinstein, B. (2000). *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920–1964* (L. V. Machado, Trad.). Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco.
- Zucchi, B. B. (2007). *O programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, década de 1930)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10629>